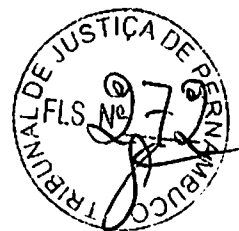




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0179849-6

COMARCA: Garanhuns – 1ª Vara Criminal
APELANTE: Clóvis Ferreira da Silva
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira

112

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO PELA FUTILIDADE DO MOTIVO E PELA IMPOSSIBILIDADE DE DEFESA DO OFENDIDO. NEGATIVA DE AUTORIA. NOVO JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EXACERBAÇÃO DA PENA. NÃO CONFIGURADA.

I – A tese de negativa de autoria levantada pela Defesa, não merece prosperar. Revelaram-se inquestionáveis a materialidade do fato típico constante dos autos e a autoria delitiva, comprovada por todo conjunto probatório dos autos.

III- O Conselho de Sentença é soberano para escolher dentre as teses que são postas à sua apreciação, sendo descabida a alegação da Defesa de equívoco do veredicto, posto que a decisão do Júri não se afastou dos elementos constantes dos autos.

IV - Apelo improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **APELAÇÃO CRIMINAL nº 0179849-6**, no qual figura como parte a acima nomeada. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em negar provimento** ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 06 de 01 de 20 10

Des. Nivaldo Mulatinho Filho- Relator



263

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

113

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0179849-6

COMARCA: Garanhuns – 1ª Vara Criminal
APELANTE: Clóvis Ferreira da Silva
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Trata-se de *Apelação Criminal* interposta por **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA**, qualificado às fls. 02, contra Sentença condenatória proferida pelo juízo *a quo* que condenou o acusado às penas do art. 121, §2º, incisos II e IV c/c o art. 29, todos do Código Penal Brasileiro (homicídio duplamente qualificado).

Narra a inicial acusatória (fls.02/04) que no dia 13/11/2005, por volta das 22h30, no Sítio Campo Comprido, zona rural de Garanhuns, os denunciados **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA** e **GILBERTO FERREIRA DA SILVA**, em comunhão de vontades e unidade de desígnios, mataram, mediante uso de arma branca, a vítima **FLÁVIO HENRIQUE CORREIA**, por motivo fútil e utilizando recurso que tornou impossível a defesa da vítima.

Relata a denúncia que no dia e hora do fato os denunciados passavam nas proximidades da casa de Luciano Bezerra da Silva, momento em que perceberam a presença das pessoas de Aline Caroline Bezerra conversando com Genivaldo Lima da Silva e Evânia Bezerra com Flávio Henrique Correia (vítima). Aflorando o ciúme que nutria desde criança por Aline, o denunciado **GILBERTO FERREIRA DA SILVA** começou a chamá-la de "puta" e "rapariga" sendo acompanhado pelo outro denunciado **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA**, enquanto de dirigiam até um pé de manga naquelas imediações. A vítima, que se encontrava defronte a casa com os demais, saiu ao encontro dos denunciados para pedir que parassem com o desrespeito com sua namorada, quando, sem que houvesse discussão e de inopino, Clóvis o segurou pelo braço e Gilberto desferiu um violento golpe que atingiu a vítima no hemitorax esquerdo, logo abaixo do mamilo, causando-lhe a morte imediata, conforme Auto do Exame Cadavérico (fls. 24).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

114

Ao final, foram denunciados como incursos no art. 121, §2º, incisos II e IV c/c art. 29, ambos do Código Penal.

Anexos à peça ministerial, vieram os documentos de fls.05/67.

A Denúncia foi recebida *in totum* em 06/12/2005, designando no mesmo ato o interrogatório dos acusados para o dia 10/01/2006, conforme despacho exarado às fls. 69.

Interrogatório do acusado **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA** (fls.90/92).

Às fls. 113, o Togado Monocrático, ante a ausência do acusado **GILBERTO FERREIRA DA SILVA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do oficial de justiça (fls. 83v) e devidamente citado por edital (fls. 103), decretou a revelia do acusado e suspendeu o processo e o prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP.

Decretação da prisão preventiva dos acusados **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA** e **GILBERTO FERREIRA DA SILVA** (fls. 114/116).

Alegações Finais oferecidas pela Promotoria (fls. 150/151) e pela Defesa (fls. 152).

O presente processo teve seu curso normal e, em 25/10/2006, o juízo singular acolheu a denúncia do Ministério Público e pronunciou o acusado **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA**, como incurso nas penas do art 121, §2º, incisos II e IV, c/c o art. 29, do Código Penal Brasileiro (fls. 156/162). E ainda, negou o direito do réu de apelar em liberdade, por entender presentes os requisitos da prisão preventiva (fls. 161/162).

Às fls. 173, consta requerimento do Ministério Público para a formação de autos apartados em relação ao réu revel **GILBERTO FERREIRA DA SILVA**. Para tanto, às fls. 174, consta Certidão atestando a separação dos autos.

Em sequência, foi apresentado o Libelo pelo competente *Parquet* (fls. 175), enquanto a Defesa reservou-se ao direito de apresentá-lo perante o Tribunal do Júri (fls. 175v).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

115

Nos autos consta, Termos de Verificação de Cédulas (fls. 205), de Sorteio e de Compromisso do Conselho de Sentença (fls. 207).

Às fls. 208/209 consta Audiência de Interrogatório do acusado, em plenário, e a inquirição das testemunhas arroladas no libelo (fls. 210/211).

Inclui-se ainda nos autos, os Quesitos ao Conselho de Sentença (fls. 212), o Termo de Julgamento (fls. 213/214), a Certidão de Incomunicabilidade dos Jurados (fls. 215), bem como a Ata da Sessão do Tribunal do Júri, realizado em 01 de março de 2007 (fls. 227/233).

Levado a julgamento perante o Tribunal do Júri, o acusado, ora Apelante **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA**, foi condenado a sanção do art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 29, do Código Penal, imputando-lhe às penas em definitivo de **17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, estabelecendo inicialmente o regime fechado para o cumprimento da pena (fls. 216/225).

Inconformado, a Defesa do acusado apelou (fls. 240) oferecendo razões recursais às fls. 241/243, alegando que há contradições nos autos, as quais não indicam provas suficientes para estabelecer um juízo condenatório contra o Apelante, requerendo um novo julgamento ou a reforma da fixação elevada da dosimetria da pena.

Em suas contrarrazões o Ministério Público (fls. 244/246) rechaçou a tese da Defesa, pugnando pelo **improvemento** do recurso de apelo.

Nesta Instância, o douto Procurador de Justiça Convocado, na pessoa do Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho, ofertou parecer pelo **improvemento** do recurso, e, por conseguinte, a manutenção *in totum* da decisão hostilizada.

É o relatório.

À Revisão.

Recife/PE, 18 de 11 de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



116

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0179849-6

COMARCA: Garanhuns – 1ª Vara Criminal
APELANTE: Clóvis Ferreira da Silva
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DO RELATOR

Versam os autos acerca do crime de homicídio duplamente qualificado, pelo motivo fútil e por recurso que tornou impossível a defesa do ofendido, perpetrado contra a vítima **FLÁVIO HENRIQUE CORREIA** (Art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal), nos autos do Processo-Crime nº 216.2005.000045-6 que tramitou perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns-PE.

Em síntese, narra a denúncia que os acusados **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA** e **GILBERTO FERREIRA DA SILVA**, em comunhão de vontades e unidade de desígnios, mataram, mediante uso de arma branca, a vítima **FLÁVIO HENRIQUE CORREIA**, por motivo fútil e utilizando recurso que tornou impossível a defesa da vítima. Sustenta ainda que o crime teria ocorrido por ciúmes, e que a vítima, saiu ao encontro dos denunciados para pedir que parassem com o desrespeito com sua namorada, quando, sem que houvesse discussão e de inopino, **CLÓVIS** o segurou pelo braço e **GILBERTO** desferiu um violento golpe que atingiu a vítima no hemitorax esquerdo, logo abaixo do mamilo, causando-lhe a morte imediata, conforme Auto do Exame Cadavérico (fls. 24).

A insurgência recursal reside na pretensão de submeter o Apelante a um novo julgamento pelo Tribunal do Júri, sob o argumento de que há contradições nos autos, as quais não indicam provas suficientes para estabelecer um juízo condenatório, ou reduzir o *quantum* da pena fixada na Sentença Condenatória, por considera-la exacerbada (fls. 241/243).

Constato que o réu, quando ouvido perante a Autoridade Policial (fls. 15/16) e em plenário (fls. 208/209), invocou o seu direito de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



117

permanecer calado, todavia, perante o juízo singular (fls. 90/91) **negou a autoria do homicídio**, conforme se depreende da seguinte transcrição:

"[...] que o depoente responde perante esta Vara Criminal a crime de homicídio e que se encontrava na época dos fatos em liberdade provisória; [...] que não é verdadeira a acusação que lhe é feita na denúncia destes autos; que antes dos fatos, só conhecia a vítima de vista, do local onde residia; [...] que informa o depoente que no dia e hora dos fatos, o depoente se encontrava em sua residência com sua genitora; quando ali chegou seu irmão Gilberto dizendo que havia esfaqueado a vítima destes autos; que o depoente recriminou o irmão Gilberto por ter esfaqueado a vítima e foi olhar o corpo; que o depoente foi olhar o corpo da vítima e sabe dizer que as 4 últimas testemunhas não gostam dele, depoente, por conta de desavenças familiares; e que não é verdadeiro o depoimento de tais testemunhas quando dizem que o depoente teve participação no crime que culminou com a morte da vítima destes autos; [...] que tanto Evânia quanto Aline, no momento em que o depoente estava olhando o corpo da vítima, disseram que iriam condená-lo para vê-lo preso de novo; que o depoente nada sabe sobre a arma do crime; [...] que nunca ouviu comentários de que seu irmão Gilberto tivesse qualquer interesse ou ciúmes da testemunha Evânia Bezerra; [...] que o depoente está se sentindo ameaçado pelo tio da vítima, que é policial civil conhecido por Araújo, que está ameaçando o depoente [...] que seu irmão Gilberto, ao chegar em casa, após o crime, informando o fato criminoso, comentou para o depoente que havia esfaqueado a vítima, porque a vítima desferira um tapa no rosto dele acusado, Gilberto; [...]" (fls. 90/91)

Diante dos fatos, faz-se necessário colacionar os depoimentos das testemunhas arrolados pela acusação, que presenciaram os fatos e atribuem ao acusado, ora Apelante, **CLÓVIS FERREIRA DA SILVA** e a seu irmão **GILBERTO FERREIRA DA SILVA** (foragido) a autoria do delito, senão vejamos:

"Que a depoente era namorada da vítima; que a depoente juntamente com a vítima estava na casa do tio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

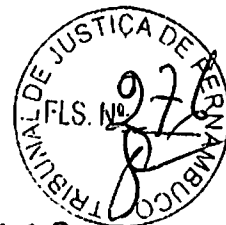


118

da depoente, de nome LUCIANO BEZERRA; que ao sair da casa do seu tio, foram surpreendidos pelo réu Clóvis e o réu Gilberto que começaram a dizer palavrões, ou seja, a chamar a depoente de puta, rapariga e que a depoente não era mais de nada, pois era prostituta; que desde pequena os réus tinham ciúmes da depoente, pois eram primos da depoente; que a depoente nunca teve qualquer relacionamento com os acusados; que os réus gostavam de vigiar a vida dos outros, pois se sentiam donos do povo do local; que no Sítio Campo Cumprido todo mundo tinha que "pisar devagar" com medo dos réus pois os mesmos agiam como se fossem os donos do pedaço; que em resumo no local todos temiam os réus; que depois que um dos réus fugiu e o outro réu foi preso o local ficou tranquilo ("um lugar santo"); que então, após os palavrões ditos pelos réus, a vítima foi falar com os réus para pedir satisfação pelo palavrões proferidos contra a depoente; que então a depoente viu quando o réu Clóvis e o réu Gilberto, ambos armados de faca agrediram a vítima; que a vítima chegou e pediu que os réus não falassem aqueles palavrões com sua namorada, então o Clóvis sacou de sua faca peixeira e Gilberto também sacou de sua peixeira, sendo que Clóvis empurrou a vítima para Gilberto dar a facada na vítima; que a vítima desse golpe recebido de Gilberto faleceu; que no momento da facada o Clóvis que antes tinha empurrado a vítima segurou a vítima para que Gilberto o furasse; que a facada atingiu a vítima no peito esquerdo, na altura do coração; que o fato foi presenciado por Aline e Genival; que a vítima ainda tentou correr mas logo em seguida caiu morto, por causa da facada; que logo depois do crime o Gilberto fugiu e depois soube que o mesmo foi para o lado de Alagoas; [...] que depois do crime Clóvis ameaçou a depoente dizendo que não era para ela dizer para a polícia que ele e seu irmão havia matado a vítima, pois se isso ocorresse quando o Clóvis se soltasse, segundo as ameaças que ele fez, iria matar a depoente; que Clóvis disse para a depoente que ela tinha de mentir para polícia dizendo que ele tinha chegado depois do acontecido; [...] que a vítima estava falando com Gilberto no momento do crime,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



119

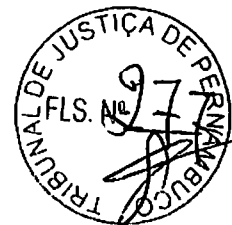
quando o réu Clóvis que estava por trás empurrou a vítima na direção de Gilberto, segurando-o em seguida para que Gilberto o esfaqueasse; que na hora que empurrou a vítima Clóvis também tinha uma faca nas mãos; que Clóvis não fugiu porque confiou que as ameaças feitas a depoente surtiriam efeito." – testemunha compromissada na forma da lei – **Evânia Bezerra** – namorada da vítima (fls. 128/129).

"Que a depoente estava no alpendre da casa de seu tio **LUCIANO** juntamente com **GENIVALDO**; que em dado momento a depoente juntamente com Flávio, sua irmã e Genivaldo resolveram ir embora para casa; que então os réus **CLÓVIS** e **GILBERTO** começaram a dizer palavrões com a depoente e sua irmã; que os réus começaram a chamar a depoente e sua irmã de **PUTA, Rapariga, Prostituta**, mandando o réu fazer o que quisesse com elas porque elas não eram mais moças; que então o Flávio, vítima desses autos e namorado da irmã da depoente, foi de encontro aos réus **GILBERTO** e **CLÓVIS** para tomar satisfações com ele; que então quando Flávio (a vítima) chegou lá o réu Clóvis segurou ele e o Gilberto furou o réu; que a furada dada pelo réu Gilberto na vítima foi no peito na altura do coração; que a vítima chegou a correr um pouco para logo depois cair morta pela facada recebida de Gilberto; que tanto Clóvis quanto Gilberto estavam armados; que quando foi furado o Flávio estava falando com Gilberto, quando Clóvis o segurou e Gilberto o esfaqueou; [...] que Clóvis disse para a irmã da depoente que quando se soltasse iria dar facadas em sua irmã; [...]" – testemunha compromissada na forma da lei – **Aline Caroline Bezerra** (fls. 129/130)".

Trechos do depoimento em plenário da testemunha **GENIVALDO LIMA DA SILVA**, são utilizados pela Defesa, em suas razões recursais, como sendo contraditórios e suficientes para gerar dúvidas sobre a conduta do réu, o que impossibilitaria um juízo condenatório. Todavia, quando verificado o referido depoimento na íntegra, sem fragmentos isolados, constata-se que não há incoerência com os demais testemunhos e de todo o conjunto probatório colhido nos autos, conforme transcrição abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



120

"Que o depoente estava no local dos fatos no dia do ocorrido e viu o que aconteceu; que estava conversando com Aline quando em determinado momento o acusado Gilberto Ferreira da Silva começou a chamar a namorada da vítima de rapariga; **que Gilberto estava junto com se irmão Clóvis que está sendo julgado nesta oportunidade**; que só quem chamou a namorada da vítima de rapariga foi o acusado Gilberto; que então, a vítima foi até os acusados tirar satisfação; que na hora que a vítima foi pedir satisfação, estavam presentes os acusados Gilberto e Clóvis; que quando o depoente deu por si, a vítima saiu do encontro com os dois acusados correndo, para logo em seguida cair no chão ferida e morta; que o Gilberto estava com uma faca na mão; que o depoente não viu se Clóvis segurou a vítima; **que Clóvis e Gilberto estavam bem perto da vítima**; que não sabe se Clóvis segurou a vítima; que a vítima ao pedir satisfação foi só conversar com os acusados e não aparentava qualquer sinal de violência contra os acusados; que a vítima em nenhum momento agrediu os acusados; que a vítima estava desarmada; que na hora que a vítima foi atingida pela facada, Clóvis e Gilberto estavam juntos e próximos. [...]" – (fls. 210).

Não foram arroladas ou apresentadas testemunhas pela Defesa.

Como salienta a Procuradoria em seu parecer (fls.258) "*a versão do recorrente no sentido de não se encontrar no local do crime, mas sim em sua residência, vai de encontro ao raciocínio tecido por seu defensor nas razões recursais. Ademais, não cuidou sequer de tentar provar o alibi apresentado quando de seu interrogatório judicial, qual seja, eventual declaração a ser prestada por sua genitora, Sra. Elisia Ferreira da Silva, de que, realmente, estava em sua companhia quando da chegada em casa de seu irmão, Gilberto Ferreira da Silva, o qual relatara ter cometido o homicídio tratado nos presentes autos, cabendo tal ônus à defesa, a teor do artigo 156 do CPP*".

Desta forma, depreende-se que a tese de negativa de autoria levantada pela Defesa, não merece prosperar. Revelaram-se inquestionáveis a materialidade do delito, configurada através do Auto do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



121

Exame Cadavérico (fls. 24), e a **autoria delitiva**, comprovada através de todo conjunto probatório arrimado nos autos.

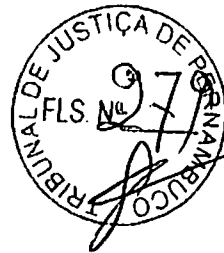
Assim, havendo provas robustas quanto à materialidade e à autoria delitiva e tendo o Conselho de Sentença acolhido dentre as teses declinadas no Julgamento, a do Ministério Público, de que o Apelante praticou o delito descrito na denúncia, ou seja, homicídio duplamente qualificado, o fez em consonância com as provas existentes no processo, não se podendo alegar que a condenação afrontou o conjunto probatório emergente dos autos.

O Conselho de Sentença é soberano para escolher dentre as teses que são postas à sua apreciação, sendo descabida a alegação da Defesa de equívoco do veredicto, posto que a decisão do Júri não se afastou dos elementos constantes dos autos. Essa tem sido a orientação jurisprudencial deste Tribunal:

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL E SURPRESA. PEDIDO DE CASSAÇÃO DO VEREDICTO POR MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO ÀS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. ESCOLHA DE UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS NO CURSO DO PROCESSO. OPÇÃO POR TESE QUE ENCONTRA AMPARO NO ACERVO PROBATÓRIO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. CONFISSÃO JUDICIAL. CONDENAÇÃO MANTIDA. APELO IMPROVIDO. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE, DE OFÍCIO, PARA DETERMINAR O CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME INICIAL FECHADO. Tratando-se os jurados do Soberano Tribunal Popular dos Juízes naturais para a apreciação e julgamento dos delitos dolosos contra a vida, impossível cogitar-se da cassação do veredicto por eles proferido se a decisão consubstancia a escolha por uma das versões apresentadas e esta encontra amparo na prova carreada aos autos. O conselho de Sentença analisou corretamente as provas dos autos, sendo que não resta dúvida da ocorrência do delito e que o acusado foi o responsável pelo fatídico resultado, homicídio duplamente qualificado. E, como cediço, em casos de competência do Júri, havendo mais de uma versão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



122

sobre os fatos, é lícito ao Tribunal do Júri optar por uma delas, não podendo a decisão ser anulada, sob o fundamento de que contraria a prova dos autos. Com relação ao regime prisional, o Supremo Tribunal Federal (HC 82.959/SP), posicionou-se pela possibilidade da progressão de regime aos condenados por crimes hediondos ou a eles equiparados, tendo a Lei 11.464, de 28 de março de 2007, dado nova redação ao artigo 2º, §1º, da Lei 8.072/90, em que o regime da pena será o inicialmente fechado e não mais o integralmente fechado. Apesar do parecer da Douta Procuradoria de Justiça seja pelo improvimento do apelo e, pela manutenção da r.sentença em sua integralidade, altero de ofício o regime prisional para o inicialmente fechado, por tratar-se de matéria de ordem pública, reformando-se parcialmente a decisão atacada. À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, PORÉM, DE OFÍCIO, REFORMOU PARCIALMENTE A SENTENÇA PARA DETERMINAR O CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME INICIAL FECHADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. (TJPE, 4ª Cam. Criminal, Apelação Criminal nº 134759-5, Rel. Des. Bartolomeu Bueno, Julg. 01.04.2008).

Por fim, com relação à alegada exacerbação da pena, também não assiste razão à Defesa.

No que pertine ao *quantum* da pena aplicada, infere-se que o Magistrado *a quo*, analisou de forma pormenorizada a previsão contida no art. 68 do CP, fundamentando sua decisão no transcorrer da análise das circunstâncias judiciais, legais, majorantes e minorantes. Desta forma, a dosimetria da reprimenda (fls. 217/220), não merece qualquer modificação.

Nesse mesmo sentido, a Procuradoria de Justiça em seu parecer, argumenta que *"a pena imposta foi fruto de análise de todas as circunstâncias judiciais que envolveram o ilícito e seu autor, sendo desfavoráveis em seu conjunto, tratando-se de pessoa portadora de maus antecedentes criminais, embora tecnicamente primário. A gravidade e reprovação de tão horrendo e hediondo crime foi externada na decisão, bem como o dolo intenso, a perversidade na sua execução e futilidade da motivação criminosa. Ao magistrado no exercício de sua função judicante cabe, observando os limites mínimo e máximo da sanção penal, dosar o quantum necessário à punição do agente criminoso."*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



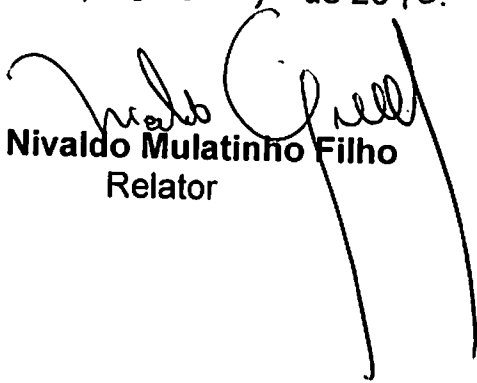
123

O *quantum* da sanção penal deve ser mantido em todos os seus termos.

Ante ao exposto, e, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao Apelo.**

É como voto.

Recife/PE, 06 de 01 de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 179849-6

COMARCA : Garanhuns – 1ª Vara Criminal
APELANTE : Clóvis Ferreira da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DE REVISÃO

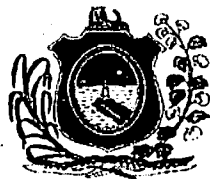
Clóvis Ferreira da Silva foi denunciado (fls. 02/04) juntamente com Gilberto Ferreira da Silva como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 29, do Código Penal, e demais cominações da Lei nº 8.072/90.

Narra a denúncia que no dia 13/11/2005, por volta das 22:30 horas, no Sítio Campo Comprido, zona rural do município de Garanhuns, os denunciados acima qualificados, em comunhão de vontades e unidade de desígnios, mataram, mediante uso de arma branca, Flávio Henrique Correia, por motivo fútil e utilizando recurso que tornou impossível a defesa da vítima.

No dia e hora do fato, os denunciados passavam nas proximidades da casa de Luciano Bezerra da Silva, momento em que perceberam a presença das pessoas de Aline Caroline Bezerra conversando com Genivaldo Lima da Silva e Evânia Bezerra com Flávio Henrique Correia (vítima). Aflorando o ciúme que nutria desde criança por Aline, o denunciado Gilberto começou a chamá-la de "puta" e "rapariga", sendo acompanhado por CLÓVIS, enquanto se dirigiam até um pé de manga naquelas imediações. Evânia foi em defesa de sua irmã Aline, sendo também agredida verbalmente pelos denunciados. A vítima, que se encontrava defronte a casa com os demais, saiu ao encontro dos denunciados para pedir que parassem com o desrespeito com sua namorada Evânia, quando, sem que houvesse discussão e de inopino, CLÓVIS o segurou pelo braço e Gilberto desferiu um violento golpe de faca-peixeira que atingiu a vítima no hemitorax esquerdo, logo abaixo do mamilo, causando-lhe a morte imediata.

Foi decretada a suspensão do processo e o curso do prazo prescricional em relação ao acusado **Gilberto Ferreira da Silva**, haja vista que se encontra em lugar incerto e não sabido (fls. 113).

Às fls. 174, os autos foram autuados em apartado em relação ao réu revel **Gilberto Ferreira da Silva**, vez que se encontra em local incerto e não sabido, tendo o feito seguido o seu curso em relação ao réu, ora apelante, **Clóvis Ferreira da Silva**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

125

Em sentença de fls. 156/162, o acusado, ora apelante, **Clóvis Ferreira da Silva** foi pronunciado nos termos da denúncia, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 29, do Código Penal.

Levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, o acusado, ora apelante, **Clóvis Ferreira da Silva** foi condenado à sanção de 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado (art. 33, do CP), como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 29, todos do Código Penal, nos termos da sentença condenatória de fls. 216/225.

Irresignado, o acusado **Clóvis Ferreira da Silva** apelou da decisão da Corte Leiga (fls. 240), oferecendo razões recursais às fls. 241/243, alegando que a decisão do Conselho de Sentença merece reparo, visto que manifestamente contrária às provas dos autos, pugnano pela aplicação do princípio *in dubio pro reo*, pretendendo que seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri ou, alternativamente, pela diminuição da pena a si aplicada.

Em contrarrazões de apelação (fls. 244/246), o Ministério Público do 1º Grau rechaçou as alegações ali contidas, requerendo que seja mantida na íntegra a decisão manifestada pelos jurados.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho, às fls. 256/260, ofereceu parecer opinando pelo improvimento da apelação.

VOTO - MÉRITO

Trata-se de Recurso Apalatório onde o acusado, inconformado com a decisão do Conselho de Sentença que o condenou à sanção de 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, pugna para que seja submetido a novo julgamento, sob o argumento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos ou, alternativamente, pela diminuição da pena a si aplicada.

Aduz, o apelante, que o que se apura nos autos são contradições nos depoimentos, os quais não indicam provas suficientes para estabelecer um juízo condenatório, devendo prevalecer a presunção de inocência albergada no princípio *in dubio pro reo*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

126

A materialidade do crime encontra-se demonstrada através do boletim de registro de entrada de vítimas em hospital (fls. 22), e do auto de exame cadavérico de fls. 24/24v.

No que concerne à autoria irrogada ao acusado, muito embora negada no inquérito (fls. 15/16), em juízo (fls. 90/91) e no plenário do júri (fls. 208), esta resultou evidenciada nos presentes autos, ante os depoimentos das testemunhas ouvidas na fase inquisitorial e em juízo.

Positivam as provas colhidas dos autos que nas proximidades da residência do Sr. Luciano Bezerra da Silva, o acusado, ora apelante, CLÓVIS e seu irmão Gilberto, após insistentes insultos às pessoas de Aline e Evânia, discutiram com a pessoa da vítima, esta saindo em defesa das ofendidas, ocasião em que CLÓVIS agarrou-a pelos braços, enquanto Gilberto, sacando de uma faca-peixeira que portava na cintura, desferiu um golpe mortal, vindo a atingi-la nas proximidades do coração, causando-lhe a morte, motivo pelo qual o Conselho de Sentença reconheceu as qualificadoras previstas no art. 121, § 2º, II e IV, do CP.

Ao ser inquirido perante a autoridade policial (fls. 15/16), o acusado Clóvis Ferreira da Silva negou que tenha participado do homicídio que vitimou Flávio Henrique, afirmando que não se encontrava no local no momento do fato, dizendo, ainda, que ouviu dizer que o seu irmão Gilberto foi quem praticara tal delito, em virtude da vítima tê-lo agredido com "uns tapas" na cara momentos antes da ocorrência do fato. Por fim, confessou que já foi preso e processado, encontrando-se no aguardo do julgamento pelo Tribunal do Júri pela acusação de ter praticado outro homicídio em Garanhuns.

Em juízo (fls. 90/91), o acusado Clóvis Ferreira da Silva asseverou:

"(...) que o depoente responde perante esta Vara Criminal por crime de homicídio e que se encontrava na época dos fatos em liberdade provisória; (...); que não é verdadeira a acusação que lhe é feita na denúncia destes autos; (...); que informa o depoente que no dia e hora dos fatos, o depoente se encontrava em sua residência com sua genitora; quando ali chegou seu irmão Gilberto dizendo que havia esfaqueado a vítima destes autos; (...); que seu irmão Gilberto, ao chegar em casa, após o crime, informando o fato criminoso, comentou para o depoente que havia esfaqueado a vítima, porque a vítima desferira um tapa no rosto dele acusado, Gilberto; (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Ao ser interrogado no plenário (fls. 208), o réu Clóvis Ferreira da Silva utilizou-se do seu direito de permanecer calado, afirmando que não sabe quem matou a vítima porque não estava lá.

O policial Luciano Antonio de Araújo, um dos responsáveis pela prisão em flagrante do acusado, ao ser inquirido perante a autoridade policial (fls. 07/09), em juízo (fls. 127), e no plenário (fls. 211), disse que estava de serviço no dia dos fatos e que a namorada da vítima (Evânia) afirmou que um dos acusados (Clóvis) segurou o ofendido e outro (Gilberto) o esfaqueou e, em seguida, apontou a residência onde se encontrava o acusado, ora apelante, Clóvis Ferreira da Silva, tendo o mesmo sido preso em flagrante delito.

Ao serem inquiridas perante a autoridade policial (fls. 10/13), as testemunhas presenciais do fato Evânia Bezerra, Aline Caroline Bezerra e Genivaldo Lima da Silva, afirmaram que os acusados praticaram o homicídio após uma intervenção da vítima para que os mesmos cessassem as agressões verbais que estavam cometendo em relação às pessoas de Evânia e Aline. Disseram, ainda, que em nenhum momento a vítima chegou a agredir os acusados, apenas tendo retrucado no sentido de que os mesmos parassem de ofender as moças, não sendo mencionado que o ofendido tenha utilizado qualquer tipo de arma que pudesse colocar em risco os acusados.

A irmã dos réus, Maria de Lourdes Ferreira da Silva, ao ser ouvida no inquérito (fls. 35/36), nada acrescentou ao conjunto probatório dos autos, visto que não presenciou os fatos narrados na denúncia, sendo sintomática a narrativa da mesma em afirmar que o responsável pela morte da vítima foi o seu irmão Gilberto Ferreira da Silva, excluindo de culpa o acusado, ora apelante, Clóvis Ferreira da Silva. Entretanto, seu depoimento deve ser tido com ressalvas, haja vista o grau de parentesco entre eles.

Evânia Bezerra, namorada da vítima e testemunha presencial do fato narrado na denúncia, em juízo (fls. 128/129) asseverou:

"(...) que a depoente era namorada da vítima; que a depoente juntamente com a vítima estava na casa do tio da depoente, de nome Luciano Bezerra; que ao sair da casa do seu tio, foram surpreendidos pelo réu CLOVIS e pelo réu Gilberto que começaram a dizer palavrões, ou seja, a chamar a depoente de puta, rapariga e que a depoente não era mais de nada, pois era prostituta; que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

desde pequena os réus tinham ciúmes da depoente, pois eram primos da depoente; que a depoente nunca teve qualquer relacionamento com os acusados; (...); que no sítio Campo Cumprido todo mundo tinha que "pisar devagar" com medo dos réus pois os mesmos agiam como se fossem os donos do pedaço; que em resumo no local todos temiam os réus; que depois que um dos réus fugiu e o outro réu foi preso o local ficou tranqüilo ("um lugar santo"); que então, após os palavrões ditos pelos réus, a vítima foi falar com os réus para pedir satisfação pelos palavrões proferidos contra a depoente; que então a depoente viu quando o réu CLÓVIS e o réu Gilberto, ambos armados de faca agrediram a vítima; que a vítima chegou e pediu que os réus não falassem aqueles palavrões com sua namorada, então o CLOVIS sacou de sua faca peixeira e Gilberto também sacou de sua peixeira, sendo certo que CLOVIS empurrou a vítima para Gilberto dar a facada na vítima; que a vítima desse golpe recebido de Gilberto faleceu; que no momento da facada o CLÓVIS que antes tinha empurrado a vítima segurou a vítima para que Gilberto o fusesse; que a facada atingiu a vítima no peito esquerdo, na altura do coração; que o fato foi presenciado por Aline e Genival; que a vítima ainda tentou correr mas logo em seguida caiu morto, por causa da facada; (...); que Flávio sequer conhecia os acusados, tendo sido a primeira vez que a vítima encontrara os acusados; que a vítima era de fora e namorava a depoente há um mês e vinte dias; que um dos motivos do crime era justamente porque a vítima era de fora e não era para chegar ninguém de fora no pedaço porque os réus tiravam isso como uma afronta; (...); que os réus também insultaram Aline; que os réus chegaram inclusive a dizer que Genivaldo devia comer Aline, pois era puta; que depois do crime o CLÓVIS ameaçou a depoente dizendo que não era para ela dizer para a polícia que ele e seu irmão havia matado a vítima, pois se isso ocorresse quando o CLÓVIS se soltasse, segundo as ameaças que ele fez, iria matar a depoente; que CLÓVIS disse para a depoente que ela tinha de mentir para a polícia dizendo que ele tinha chegado depois do acontecido; que foi a depoente que indicou para os policiais a casa onde estava CLÓVIS e então o mesmo foi preso; que a depoente reconheceu CLÓVIS como sendo a pessoa que segurou a vítima para que Gilberto o assassinasse; que CLÓVIS já assassinou uma pessoa no Sítio Mata dos Diogos e responde por este processo; (...); que depois de preso o réu CLÓVIS afirmou que quando se soltasse iria dar 30 facadas na depoente; que essas ameaças foram trazidas pelos boatos do local; que no sítio soube que a irmã do acusado CLÓVIS, de nome Maria de Lourdes, quando vinha ao presídio visita-lo trazia na volta esses recados das ameaças para a depoente e espalhava pelo sítio; que o namorado da depoente em momento algum quis agredir os acusados e nem estava armado; (...); que a vítima estava falando com Gilberto no momento do crime, quando o réu CLÓVIS que estava por trás empurrou a vítima na direção de Gilberto, segurando-o em seguida para que Gilberto o esfaqueasse; que na hora que empurrou a vítima CLÓVIS também tinha uma faca nas mãos; que CLÓVIS não fugiu porque confiou que as ameaças feitas a depoente surtiriam efeito; (...)"

Aline Caroline Bezerra, testemunha presencial do crime, em juízo (fls. 129/130), ratificou integralmente o depoimento prestado pela sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

129

irmã, Evânia Bezerra (fls. 128/129), asseverando que o ofendido não estava armado e em momento algum agrediu os acusados.

Luciano Bezerra da Silva, em juízo (fls. 130/131), afirmou:

"(...) que o depoente é tio da Aline e a Evânia; que o depoente não chegou a ver os fatos; que então em dado momento o depoente viu o pessoal chorando e gritando; (...); que Gilberto e CLOVIS são temidos na região; que o depoente não tem medo dos acusados, embora tenha pedido para depor na ausência deles; (...); que o depoente ouviu quando alguém chamou suas sobrinhas de "puta" e "rapariga" e que elas não eram mais moças do lado de fora da casa antes do crime; (...); que o depoente não quer falar na presença do CLÓVIS porque quem faz um cesto, faz um cento e se ele praticou isso aí pode fazer mau a pessoa; (...)"

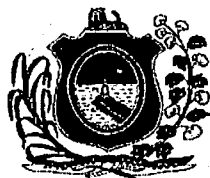
Ao ser ouvido em plenário (fls. 211), Luciano Bezerra da Silva confirmou integralmente o que disse perante o magistrado na audiência de instrução.

A testemunha Genivaldo Lima da Silva, em juízo (fls. 147/148), afirmou:

"(...) que no dia e hora dos fatos, o depoente estava conversando com a Aline, quando viu que a vítima Flávio foi conversar com os acusados Gilberto e CLÓVIS, pois antes disso, o Gilberto auxiliado por CLÓVIS, ficou chamando a Aline e a namorada da vítima de "puta" e "rapariga"; que por causa desse fato a vítima Flávio foi conversar com os acusados; que Flávio foi apenas conversar com os réus, sem qualquer atitude agressiva ou violenta; que Flávio não estava armado e foi apenas pedir aos acusados que respeitasse sua namorada e Aline; que quando o depoente deu por si, a vítima Flávio saiu correndo da companhia dos acusados; que a vítima Flávio só conseguiu correr uns 5 (cinco) metros e logo caiu no chão, furado a faca, perto do coração; que Flávio morreu no local mesmo; que quem agrediu Flávio foram os acusados CLÓVIS e Gilberto, não sabendo o depoente quem efetivou a facada no coração da vítima; (...); que tem certeza que a vítima estava desarmada; (...); que o depoente depois do crime viu Gilberto correndo com uma faca na mão; (...)"

Em plenário (fls. 210/211), Genivaldo Lima da Silva ratificou suas declarações prestadas perante a autoridade judiciária.

Apesar de devidamente intimado para a apresentação de defesa prévia (fls. 91), o acusado não arrolou testemunhas (fls. 126v).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Vê-se, portanto, que os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação, na fase inquisitorial e em juízo, são harmônicos entre si, não merecendo acolhimento a alegada ausência de provas para embasar uma condenação, razão pela qual não se pode cogitar da aplicação do princípio *in dubio pro reo*, visto que dúvida não há quanto à prática delitiva atribuída ao acusado, ora recorrente.

Importa observar que o acusado não conseguiu comprovar o seu álibi de que na hora e no dia dos fatos se encontrava em sua residência, cabendo tal ônus à defesa (art. 156, do CPP). Tal alegação, à toda evidência, se encontra divergente das declarações prestadas pelas demais testemunhas da acusação e em desarmonia com as provas dos autos.

Vale ressaltar que o apelante responde a outros processos criminais na Comarca de Garanhuns (fls. 100), notadamente pela prática de outro crime de homicídio, o que demonstra sua periculosidade e personalidade voltada para a prática de delitos, sendo, também por isso, factível a autoria a ele imputada da prática do crime ora em comento.

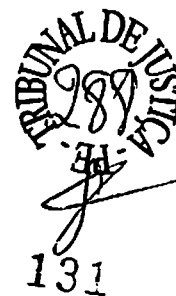
Assim, é forçoso concluir que a decisão açoitada não afrontou a prova produzida durante o sumário, tendo o Conselho de Sentença optado pela versão que lhe pareceu mais convincente.

Nesse sentido, trago à colação jurisprudência, *verbis*:

"Decisão manifestamente contrária à prova dos autos – Inocorrência – Julgamento que se firmou em elementos constantes do processo, posicionando-se de acordo com as teses defendidas e perfeitamente sustentáveis – Anulabilidade do veredicto popular que somente se justifica se arbitrário e totalmente dissociado do conjunto probatório" (RT 766/588).

Assim, ao acolherem a tese da acusação de que o recorrente praticou o delito descrito na denúncia, os jurados decidiram em conformidade com a prova existente nos autos, não havendo motivo para submissão dos acusados a novo julgamento, visto incorrer a hipótese prevista no art. 593, inciso III, letra "d", do Código de Processo penal.

Observe-se que em obediência à decisão soberana do Conselho de Sentença, o acusado foi condenado pela prática de homicídio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

qualificado (art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 29, do Código Penal) à seguinte pena:

Pena-base: 18 anos de reclusão. Diminuída em 06 meses em razão da presença de circunstância atenuante, passando a ser de 17 anos e 06 meses de reclusão. Sem causas de aumento ou diminuição, tornando-a definitiva em 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, conforme sentença condenatória de fls. 216/225.

Vê-se, pois, que a sanção não deve ser modificada, vez que inexistiu a exacerbação alardeada imotivadamente na presente irresignação, porquanto o douto Juiz sentenciante observou os critérios legais na dosimetria da reprimenda (art. 59, do CP), não se olvidando, por oportuno, que as circunstâncias judiciais do apelante não lhes são favoráveis, pois indicam que este é portador de má conduta social e personalidade que representa perigo à ordem pública, justificando, dessa forma, a fixação da pena-base acima do mínimo legal.

Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto, o que não é o caso dos autos. (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

Ante o expendido, e em consonância com o parecer ministerial, nego provimento ao recurso, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Desª Alderita Ramos de Oliveira
Revisora